

Bancos brasileiros aderem ao "pacote" de crédito ao México

por Paulo Sotero
de Washington

Os bancos brasileiros credores da dívida de longo prazo do México aderiram ao pacote de US\$ 6 bilhões que o governo do país negociou com a comunidade financeira internacional, no final do ano passado. Inicialmente, os oito bancos brasileiros que investiram no México — Banco Real, Banco do Brasil, Banespa, Econômico, Nacional, Itaú, Unibanco e Banerj — haviam ficado de fora, alegando falta de "funding" do Banco Central (BC) para cobrir sua participação, equivalente a cerca de 1% do total do empréstimo.

Pouco antes de o presidente do BC, Fernão Bracher, viajar para os Estados Unidos, no último dia 10, para cruciais negociações preparatórias à renegociação da dívida oficial com o Clube de Paris, o BC, num gesto politicamente calculado, informou aos bancos que lhes forneceria os recursos para que eles pudessem aumentar seu risco mexicano.

Enquanto Bracher e o diretor da Dívida Externa do BC, Antônio de Pádua Seixas, voavam entre Nova York e Washington, seis das oito instituições brasileiras comunicaram ao comitê de bancos credores sua adesão ao pacote mexicano.

As principais participações são do Real, com US\$ 33 milhões, do Banco do Brasil, com US\$ 20 milhões, e do Banespa, com US\$ 11 milhões. O Banco Econômico entrou com US\$ 1,2 milhão, o Nacional, com US\$ 1 milhão e o Banerj, com US\$ 600 mil.

O Unibanco, que inicialmente não acompanhou a maioria, deve aderir ao empréstimo mexicano nos próximos dias, segundo informação prestada ontem a este jornal por um alto executivo da instituição. Sua fatia é de cerca de US\$ 600 mil.

Em São Paulo, Roberto Konder Bornhausen, presidente da instituição, disse à editora Ângela Bittencourt que o "Unibanco recebeu a solicitação de aderir ao pacote e está examinando a questão".

O Itaú, a quem caberia uma fatia de US\$ 640 mil, não terá que entrar no pa-

cote, pois, em julho do ano passado, trocou seu risco mexicano por risco brasileiro, com uma instituição financeira não-americana. O banco fez operações de troca semelhantes também com os créditos de longo prazo que tinha no Chile, na Argentina e em outros países endividados da América Latina.

Para os bancos brasileiros, a adesão ao pacote mexicano reflete mais o reconhecimento do inevitável e o desejo de proteger suas relações tanto com o Banco Central como com os grandes bancos internacionais, que alimentam suas linhas de curto prazo, do que uma decisão de negócio. Em termos puramente financeiros, emprestar mais dinheiro para o México, nas condições em que eles estão fazendo, dá prejuízo, pois o Banco Central cobra pelos fundos que lhes repassa a mesma taxa de 0,8125% sobre Libor com que o governo mexicano remunerará os empréstimos de dinheiro novo. "Computados os custos administrativos", acabamos perdendo dinheiro nesse tipo de operação, disse o diretor de uma agência de um banco brasileiro em Nova York.

Para evitar a repetição desse tipo de situação no futuro, alguns bancos já sugeriram ao Banco Central a idéia de negociar com os demais países endividados da América Latina o estabelecimento de algum tipo de mecanismo que permita uma compensação dos créditos que os bancos de um têm com o outro. Assim, em lugar de os bancos brasileiros terem de aumentar seu risco mexicano e os mexicanos terem de emprestar mais para o Brasil, uma dívida pagaria a outra e os saldos poderiam ser acertados através de trocas comerciais.

A adesão dos bancos brasileiros permitiu ao comitê de bancos expedir um telex-circular à comunidade financeira internacional informando que 95% dos US\$ 6 bilhões do empréstimo já estavam subscritos. Mas, desde então, não houve progressos significativos na finalização do pacote mexicano. O desembolso do dinheiro só começará quando se chegar aos 100%.